

# EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES RACIAIS NO BRASIL\*

Luiz Claudio Barcelos

---

## RESUMO

O sistema educacional brasileiro alcançou significativa expansão notadamente a partir da segunda metade deste século. Apesar disso, o Brasil ainda apresenta níveis educacionais inferiores aos de outros países com características similares, com profundas desigualdades raciais.

Este artigo, utilizando os dados das PNADs — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio — de 1982 e 1988, analisa o funcionamento do sistema de ensino no contexto dos diferentes desempenhos obtidos pelos grupos raciais, bem como aborda as taxas de aprovação, reprovação e evasão da população estudantil e alguns indicadores de realização educacional.

Os índices educacionais obtidos por pretos e pardos são sistematicamente inferiores aos de outros grupos raciais. Assim, constata-se que a variável raça continua representando importantes efeitos nessa etapa do ciclo de vida.

SISTEMA EDUCACIONAL — DESIGUALDADES RACIAIS

## ABSTRACT

The Brazilian educational system achieved significant expansion especially since the second half of the century. In spite of this, Brazil still has low educational levels, stressing that: they are below levels of other countries with similar features; they show deep racial disparities.

This article, using data from the 1982 and 1988 National Household Surveys analyses the working methods of the teaching system within the context different results achieved by racial groups: it approaches pupils approval, failure, and drop-out rates and also some indicators on achievement in Education.

The educational levels achieved by black and mulattos are systematically below those from other racial groups.

Therefore, it is evident that the variable race still stands for significant effects during this stage in life.

---

\* Este trabalho faz parte de pesquisa para obtenção do grau de mestre em Sociologia no IUPERJ.

A industrialização e a urbanização da sociedade brasileira têm levado a muitas mudanças. A transformação da estrutura produtiva registrou expressivos surtos migratórios e redesenhou o perfil sócio-econômico do país. O sistema educacional alcançou significativa expansão notadamente a partir da segunda metade deste século. Apesar disso, a população ainda apresenta baixos índices educacionais, aos quais se acrescentam profundas desigualdades raciais.

A pesquisa sociológica no Brasil, principalmente a partir dos trabalhos de Silva (1978), Hasenbalg (1979) e Oliveira et alii (1983), tem apontado a raça como variável importante na alocação dos indivíduos ao longo da escala social. As desigualdades raciais na educação são parte desse processo. O rendimento na pré-escola (Rosemberg, 1991), o acesso à escola (Silva, Hasenbalg, 1992), o ritmo da progressão escolar (Hasenbalg, Silva, 1990), bem como o tipo de escola (pública ou privada), o turno freqüentado (diurno ou noturno) e a duração da jornada escolar (Rosemberg, 1990) são substancialmente diferentes para os grupos raciais. Pretos e pardos obtêm piores índices educacionais.

Essa perspectiva foi reforçada por Andrews (1992) que comparou as desigualdades raciais (em indicadores de educação, renda e concentração espacial, entre outros) no Brasil e nos Estados Unidos, constatando que o Brasil tem atualmente relações raciais mais desiguais.

Este artigo analisa o funcionamento do sistema de ensino no contexto dos diferenciados desempenhos obtidos pelos grupos raciais, aborda as taxas de aprovação, reprovação e evasão da população estudantil e alguns indicadores de realização educacional. A primeira seção traça uma rápida comparação internacional. Seguem-se as análises do fluxo educacional e dos dados recentes. Por último, há um sumário das principais conclusões.

## UMA COMPARAÇÃO INTERNACIONAL

A política educacional no Brasil tem apresentado diversas orientações, destacando-se as ações sob inspiração da Escola Nova, a partir dos anos 1930, passando pela escola dual do Estado Novo, até a escola profissionalizante da Lei 5692 de 1971 e a reforma universitária. No entanto, a característica mais marcante de desempenho escolar encontra-se nos baixos índices educacionais, que aqui apresentamos. O confronto com outros países revela nossa fragilidade nessa área.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD elaborou o conhecido índice de desenvolvimento humano e listou o valor de uma série de indicadores para 160 países. A fim de estabelecer bases metodológicas mais sólidas para a comparação com o Brasil, Faria (1991) selecionou aqueles indicadores com PIB per capita entre US\$ 3.000 e US\$ 6.500, taxa de urbanização superior a 50% e com mais de 10 milhões de habitantes; chegou, então, a

uma lista de 19 países, reduzida para 15, com a exclusão dos quatro países árabes que, embora atendam às condições, possuem peculiaridades culturais e econômicas muito acentuadas<sup>1</sup>.

Pois bem, dentre os indicadores educacionais que o relatório PNUD fornece, os principais são representados na Tabela 1 (taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais em 1985; número médio de anos de escolaridade da população de 25 anos ou mais em 1980 e número de educação obrigatória em 1988 para os países selecionados). Os países foram listados na ordem estabelecida por Faria (1991, p.27), tendo sido os dados colhidos na década de 1980.

O Brasil apresenta, sem dúvida, quadro educacional bastante modesto. Dentre os seis países cujo índice de alfabetização da população de 15 anos ou mais está abaixo dos 90% — cinco da América Latina e um do sul da África —, cabe ao Brasil o menor percentual (78%) registrado na tabela. A escolaridade média da população de 25 anos ou mais é outro indicador que nos coloca na última posição. Os 3,3 anos de escolaridade no Brasil são acompanhados de perto pelo desempenho da África do Sul — 3,7 anos.

O PNUD informa ainda, para a maioria dos países, a taxa de alfabetização e a escolaridade média por gênero, indubitavelmente um indicador de equidade nas relações sociais. Neste aspecto o Brasil apresenta resultados um pouco mais animadores, uma vez que está diminuindo a distância que separa a realização educacional de homens e mulheres (esse fenômeno será visto com mais detalhes adiante). As mulheres obtêm cerca de 96% da taxa de alfabetização dos homens e 88% dos anos de escolaridade.

A escolaridade média permite uma comparação mais ampla, uma vez que há essa informação para todos os países selecionados. O diferencial entre os sexos no Brasil — 88% — está abaixo dos resultados de sete países. Os desempenhos extremos são os da Argentina, que apresentou índices absolutamente idênticos para ambos os sexos, e Coréia, onde as mulheres conseguem apenas 62% da média de escolaridade dos homens.

Observando-se a tabela ao lado, verifica-se que a comparação dos períodos fixados como de educação obrigatória entre os países selecionados que dispõem da informação mostra que o baixo desempenho do Brasil não é devido à falta de definições e propósitos legalmente firmados. O tempo de educação compulsória no Brasil está entre os mais elevados: 8 anos. Note-se que os países industrializados estabelecem períodos que variam de 8 a 11 anos de esco-

1 Ressalte-se que as estimativas calculadas por Faria, como as que tomam por base o PIB per capita ou a distribuição de renda, por exemplo, indicam que o Brasil desfruta de piores condições de desenvolvimento social do que se esperaria, dado o seu nível de riqueza. Confirma assim, com outras palavras, o diagnóstico do PNUD que apontou o Brasil como um caso de oportunidades perdidas para o desenvolvimento humano na década de 1980.

Tabela 1

Indicadores educacionais de países com PIB per capita entre US\$ 3000 e US\$ 6500, taxa de urbanização superior a 50% e número de habitantes maior que 10 milhões

PAÍSES SELECIONADOS	TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS EM 1985			NÚMERO MÉDIO DE ANOS DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO DE 25 OU MAIS EM 1980			NÚMERO DE ANOS DA EDUCAÇÃO OBRIGATÓRIA EM 1988
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	
GRÉCIA	93.0			6.5	7.3	5.8	9
URSS	99.0			7.6	8.0	7.2	
HUNGRIA	99.0			8.6	8.8	8.4	
REPÚBLICA DA CORÉIA	94.7	98.0	91.0	6.6	8.1	5.1	6
VENEZUELA	85.7	84.8	88.0	5.3	5.6	5.0	10
ÁFRICA DO SUL	85.0			3.7	3.8	3.6	
MÉXICO	84.7	88.0	82.0	4.0	4.4	3.6	6
IUGOSLÁVIA	92.0			6.0	7.0	5.0	8
CHILE	92.2	93.0	92.0	6.2	6.4	6.0	8
BRASIL	78.5	80.0	77.0	3.3	3.5	3.1	8
ARGENTINA	94.8	95.0	94.0	6.0	6.0	6.0	7
POLÔNIA	98.0			7.3	7.7	6.8	
COLÔMBIA	84.7	86.0	84.0	5.2	5.3	5.1	6
PERU	82.0	90.0	75.0	5.7	6.6	4.8	6
ROMÊNIA	96.0			6.6	7.2	6.0	

Fonte: PNUD, 1991. Tabelas 1, 5, 14 e 30

laridade. Por outro lado, países menos ambiciosos são mais eficientes em transformar metas em realização educacional de suas populações. É o caso da Argentina, Colômbia e Peru, que em 1980 estavam perto de universalizar suas respectivas metas.

Há também no relatório PNUD informações sobre gastos educacionais. Esses dados não foram incluídos na tabela devido às notórias dificuldades comparativas que apresentam. No entanto, num registro rápido, e restringindo-nos ao contexto latino-americano (cf. PNUD, 1991), nota-se que a porcentagem do PIB utilizada com educação em 1986 no Brasil (3,4%) foi maior do que aquela, por exemplo, do Peru (2,2%), da Colômbia (2,8%) e do México (2,8%) e a mesma que a da Argentina (3,3%). Mais do que discutir se são muito ou pouco estes montantes, gostaria de, com esse dado, apontar para o problema da eficiência do sistema educacional. Neste aspecto, no Brasil, os recursos nem sempre se transformam em vagas, e a frequência à escola pouco se traduz em alunos concluintes.

Mesmo considerando que o setor educacional no Brasil não consome quantias muito elevadas, Silva (1992) chama a atenção para o grave problema de que as "prioridades educacionais brasileiras são perversamente enviesadas" e lembra que "a educação superior — e no contexto brasileiro isso implica dizer educação para as classes médias — leva uma fatia desproporcional da despesa pública (25% da despesa total e cerca de 75% do orçamento do Ministério da Educação) e custa por estudante dezoito vezes o que

é gasto com aqueles que estão no primeiro ou segundo grau". (Silva, 1992. p.107)

Assim, esse rápido painel comparativo revela a ponta do *iceberg*: os níveis educacionais no Brasil são inferiores aos de países com características similares.

## O FLUXO ESCOLAR

Um dos aspectos que mais impressionam no quadro educacional brasileiro é que o amplo acesso e o elevado número de anos de permanência no sistema escolar revertam em baixos índices educacionais. A análise das dimensões que representam o fluxo escolar — as taxas de promoção, repetência e evasão para os grupos raciais da população, conteúdo desta seção — foi o procedimento utilizado para investigar essa situação.

O mais incômodo fator do processo educacional é o rendimento escolar insuficiente que conduz à reprovação e, portanto, obriga a cursar mais de uma vez uma mesma série. A etapa de alfabetização, por exemplo, que uma vez concluída conduz à transição da 1ª para 2ª série do 1º Grau, tem-se notabilizado como um poderoso entrave à carreira escolar de nossas crianças.

Esse comportamento não é novo no cenário educacional brasileiro. Ainda na primeira metade deste século, Teixeira de Freitas se preocupou com ele. Mais recentemente Brandão et alii (1986) avaliaram a

pesquisa educacional de diversas áreas disciplinares sobre evasão e repetência. As autoras chamaram a atenção para a gravidade do problema, salientando que evasão e repetência não estavam sendo estudadas com a frequência e consistência que mereciam. Contribuiu para tal situação a própria dificuldade criada pela falta ou incorreção de informações por parte do MEC. Seus dados têm sido criticados em uma série de trabalhos (Fletcher e Ribeiro, 1987; Ribeiro, 1990; Klein e Ribeiro, 1992)<sup>2</sup>.

Ribeiro (1990) apontou os pontos fundamentais do sistema escolar: a) quanto ao acesso — 93% dos indivíduos conseguem ingressar, sendo o problema da absoluta falta de acesso em grande parte localizado na região Nordeste, onde se concentram 70% dos que não chegam à escola; b) quanto à evasão — é expressiva a partir da 4ª série, sendo desprezível entre a 1ª e 2ª séries; c) quanto à repetência — é o mais importante obstáculo, chegando a representar a retenção de metade dos alunos matriculados na 1ª série. Além disso, os baixos níveis educacionais não são atingidos senão após uma longa e improdutivo exposição ao sistema escolar. Em média, os indivíduos ficam 8,5 anos na escola, tempo suficiente, portanto, para completar o ciclo de educação básica, se cada ano de permanência na escola significasse a aprovação na série cursada.

A repetência permeia todo o sistema educacional, de tal forma que atinge em grande proporção alunos da rede pública e privada, bem como alunos de todos os estratos sociais. Ainda assim, podem ser notados alguns diferenciais — por exemplo, na área urbana da região Sudeste de renda alta foi de 37,4% na 1ª série

em 1982; a mesma taxa para todo o Brasil foi de 52,4%. Ribeiro, ao analisar as chances de reprovação para populações urbanas pobres da região Nordeste, constata que “a probabilidade de promoção para os alunos novos na 1ª série é próxima de zero, sobe para aqueles que já têm uma repetência e volta a cair para quem foi reprovado mais de uma vez. Este dado indica claramente que nas escolas das classes menos favorecidas de nossa população existe uma determinação política (ainda que não explícita) de reprovar sistematicamente todos os alunos novos” (Ribeiro, 1990. p.12).

Logo, a repetência é um problema central e constante do sistema educacional, atingindo especialmente os mais pobres. De fato, “nos últimos cinquenta anos conseguimos, em termos de eficiência do sistema de ensino básico, aumentar a cobertura sobre a população de 65% para os atuais 93% reduzindo a taxa de repetência na 1ª série em apenas 6%” (Ribeiro, 1990. p.13).

Apresentamos na Tabela 2 resultados que, apesar de relevantes para o processo de estratificação educacional, ainda não haviam sido estudados. Nesta tabela aparece decomposta, segundo os grupos raciais, as proporções dos que foram reprovados, dos que foram aprovados e dos que saíram da escola em

2 Os dados do MEC têm apresentado até agora vícios de origem, já que podem contabilizar mais de uma vez um mesmo indivíduo, por exemplo, que tenha saído de uma escola e ingressado em outra no mesmo ano. Os resultados analisados nesses três trabalhos citados foram obtidos pela aplicação de um modelo Profluxo aos dados das PNADs.

Tabela 2

Indicadores do fluxo escolar no 1º e 2º graus, segundo a cor. Brasil, 1982

GRAU E SÉRIE	REPETÊNCIA			PROMOÇÃO			EVASÃO					
							REPROVADOS			APROVADOS		
	BRANCA	PRETA	PARDA	BRANCA	PRETA	PARDA	BRANCA	PRETA	PARDA	BRANCA	PRETA	PARDA
1º Grau												
1ª série	32.1	40.2	36.8	64.3	53.3	56.2	0.7	0.8	1.3	2.9	5.7	5.7
2ª série	14.1	20.1	15.6	81.3	71.5	75.6	0.7	0.9	1.2	3.9	7.5	7.6
3ª série	11.6	16.4	12.0	80.9	70.9	75.6	0.8	1.1	1.3	6.7	11.6	11.1
4ª série	9.4	10.4	10.1	75.9	68.7	69.3	0.9	1.9	1.6	13.8	19.0	19.0
5ª série	17.5	19.7	17.8	70.4	62.2	67.0	1.5	4.0	2.0	10.6	14.1	13.2
6ª série	13.0	11.8	14.0	76.7	76.0	73.8	1.6	2.7	1.8	8.7	9.5	10.4
7ª série	11.0	7.6	11.0	78.8	79.9	76.6	1.4	0.4	1.4	8.8	12.1	11.0
8ª série	9.3	9.7	10.3	70.6	65.8	69.1	0.9	0.5	1.0	19.8	24.0	19.6
2º Grau												
1ª série	15.4	15.0	13.1	76.1	72.5	76.6	1.5	1.6	2.3	7.0	10.9	8.0
2ª série	7.3	9.8	7.1	84.6	77.0	80.7	2.2	2.1	2.4	5.9	11.1	9.8
3ª série	3.3	5.4	5.3	32.1	19.1	14.4	14.8	5.1	12.8	49.8	70.4	67.5

Fonte: PNAD, 1982

cada uma das séries do 1º e 2º Grau. A fonte de dados é a PNAD-1982<sup>3</sup>, que, por conter pergunta sobre a série em curso e a série cursada no ano anterior, permite estabelecer o fluxo escolar. Os grupos raciais incluídos nesta análise são branco, preto e pardo.

Em primeiro lugar, os dados revelam que em todo o 1º Grau — as 8 primeiras séries — as taxas de repetência nunca ficam muito abaixo dos 10%. O ponto realmente crítico é a alfabetização (conteúdo da 1ª série) das crianças, que leva expressivos contingentes à reprovação. Apenas cerca de metade de pretos e pardos e um ponto mais do que isso de brancos conseguiram aprovação na 1ª série.

Os números referentes à evasão na 1ª série são relativamente pequenos, sendo os diferenciais raciais inexpressivos entre aqueles que são reprovados. Surpreende, no entanto, o maior número de evadidos entre os que, nesse momento, lograram êxito. Aqui os grupos raciais se afastam, pretos e pardos obtendo o dobro de evasão dos brancos. Esses dados dizem respeito ao resultado na transição dos anos escolares de 1981 a 1982, sem se referirem ao tempo de permanência na escola. É possível supor que esta primeira aprovação não seja o primeiro resultado obtido por muitos desses indivíduos. Assim, com uma ou mais reprovações, os alunos, especialmente pretos e pardos, saem da escola depois de seu primeiro êxito.

Na 2ª série a repetência é reduzida pela metade em relação à 1ª. A partir desse ponto, a repetência decresce até a 4ª série, ao mesmo tempo em que aumenta a evasão, sempre maior entre os aprovados. Entretanto, ainda que a evasão nessas quatro séries seja menor do que a repetência, ela é praticamente o dobro, para pretos e pardos, daquela observada para brancos. Esse dado revela a dificuldade de pretos e pardos para permanecerem na escola.

A evasão na 4ª série aumenta, indicando que para muitos já chegou a hora de abandonar a escola, seja por causa da distorção idade-série, seja por causa da diminuição da oferta de vagas nesse nível de ensino, especialmente em áreas rurais. Para os que ficam, o pesadelo da repetência se renova: na 5ª série as taxas de repetência estão ao nível daquelas verificadas na 2ª. São necessárias mais duas séries para baixar as taxas de repetência ao nível das experimentadas na 4ª série.

A partir da 5ª série os desempenhos de brancos, pretos e pardos se aproximam no tocante à repetência e aprovação, chegando mesmo a que nas 6ª e 7ª séries, por exemplo, as proporções de brancos reprovados sejam maiores do que as de pretos. Contudo, pretos e pardos continuam se evadindo da escola nessas séries em maiores proporções.

As taxas de evasão na 8ª série — final do 1º Grau — aumentam significativamente em relação às que vinham sendo observadas. Pretos e pardos sempre são os que mais abandonam a escola.

Só ao final do 2º Grau a repetência diminui substancialmente e as taxas de evasão, em sentido opo-

to, aumentam, sendo as taxas de evasão na última linha as maiores de toda a tabela. Ainda nesse ponto, pretos e pardos são os que mais saem da escola. A evasão total — reprovados + aprovados — é de 64,6% para brancos, 75,5% para pretos e 80,3% para pardos. A maior distância, contudo, é entre os aprovados que continuam na escola: os resultados para brancos representam quase o dobro dos que se observam entre pretos e pardos.

Com tais índices de repetência e evasão, não se pode esperar níveis educacionais muito elevados. O sistema educacional brasileiro traz em seu bojo mecanismos que parecem se opor ao que se deseja construir.

## REALIZAÇÃO EDUCACIONAL EM 1988

Esta seção analisa alguns indicadores de realização educacional ao final da década de 1980. Os grupos raciais incluídos nessa análise são branco, preto, pardo e amarelo. Foram utilizados os dados da PNAD-1988.

A Tabela 3 apresenta taxas de freqüência à escola dos grupos raciais nas idades de 7 a 24 anos.

IDADE	C O R			
	BRANCA	PRETA	PARDA	AMARELA
7 anos	70.1	59.2	51.9	99.1
8 anos	89.3	79.2	71.2	100.0
9 anos	92.5	82.7	79.3	100.0
10 anos	94.4	86.7	85.8	100.0
11 anos	92.3	82.8	84.9	91.6
12 anos	88.2	76.7	81.6	98.4
13 anos	82.7	70.8	76.4	91.6
14 anos	73.0	61.8	68.5	80.0
15 anos	65.8	51.1	61.1	100.0
16 anos	56.1	45.0	51.3	94.7
17 anos	49.1	33.0	43.6	97.9
18 anos	37.4	29.6	32.4	67.1
19 anos	27.8	22.7	25.9	44.2
20 anos	24.5	15.9	20.5	40.1
21 anos	19.9	16.7	16.2	48.2
22 anos	16.2	8.9	12.7	42.0
23 anos	13.1	6.2	9.9	39.9
24 anos	10.8	6.9	7.6	13.0

Fonte: PNAD, 1988

3 O Suplemento da PNAD é tematicamente orientado. O tema educação não voltou a ser tratado com a mesma amplitude desde a PNAD-1982.

É sintoma expressivo do mau funcionamento da escola que as taxas de freqüência sejam sempre maiores do que os resultados que medem desempenho. Assim, aos 9 anos, por exemplo, 92,5% dos brancos, 82,7% dos pretos, 79,3% dos pardos e 100,0% dos amarelos estão na escola, enquanto os níveis de alfabetização nessa idade são bem menores, como será exposto adiante. Nesse sentido, os dados reforçam a perspectiva de uma alta *escolarização* e baixa *escolaridade* geradas pelo sistema educacional brasileiro.

Em certa medida, é previsível que com o avançar da idade diminua a freqüência à escola, fenômeno relacionado a aspectos interligados. Os mais importantes são a oferta de vagas, a capacidade da família em arcar com as despesas diretas e indiretas do processo de escolarização, e, principalmente, a necessidade de inserção no mercado de trabalho. Nesse contexto, chama a atenção o alto investimento dos amarelos em educação. Eles permanecem na escola em maiores proporções e em idade mais avançada do que os outros grupos raciais.

A idade de maior freqüência de brancos, pretos e pardos é aos 10 anos, quando, respectivamente, 94,4%, 86,7% e 85,8% deles estão na escola. Dessa série em diante, o contingente de estudantes declina permanentemente. Os amarelos só experimentam esse declínio a partir dos 15 anos.

A precocidade com que pretos e pardos param seus estudos é outro dado importante. Aos 15 e 16 anos, praticamente metade dos contingentes em cada um desses grupos já abandonou a escola. Conhecemos os altos índices de repetência, examinados anteriormente, portanto, é evidente o baixo nível educacional desses grupos.

A Tabela 4 registra a taxa de alfabetização dos grupos raciais por sexo, reunidos por faixas etárias. Percebe-se que tem havido melhorias do índice de alfabetização para ambos os sexos, em todos os grupos raciais. Nas coortes mais velhas decaí a taxa de

alfabetização em relação às mais jovens, com exceção dos que têm até 9 anos. Esse resultado é esperado porque se trata dos que estão intensamente engajados no processo de alfabetização.

Consideremos primeiramente o desempenho dos amarelos. Nesse grupo quase sempre os homens apresentam melhores resultados do que as mulheres. Entretanto, é preciso assinalar, trata-se do grupo racial mais próximo da total alfabetização.

O controle por faixa etária permite também verificar, de forma nítida, a abertura recente do sistema de ensino à presença feminina. De fato, nas coortes de idade mais velhas, os melhores desempenhos são dos homens, nas mais novas, ocorre o contrário. Da faixa etária de 30 a 39 anos em diante a vantagem para brancos, pretos e pardos é sempre dos homens, sendo elevados os diferenciais por gênero nas duas coortes mais velhas. Nas faixas etárias até os 29 anos a situação é inversa, exceto pelo desempenho de homens pretos de 25 a 29 anos.

Esses dados revelam que as desigualdades raciais são maiores do que as de gênero. De fato, pretos e pardos de ambos os sexos estão distantes dos outros grupos raciais de forma expressiva. A menor diferença, por exemplo, entre brancos, por um lado, e pretos e pardos, por outro, é a que separa mulheres pardas das brancas na faixa etária de 15 a 19 anos — 7 pontos de diferença; a maior a que ocorre entre pretas e brancas com 70 anos ou mais — 40,3 pontos.

Os diferentes ritmos de acesso à escola e o desempenho nas séries iniciais fazem com que maiores proporções de crianças brancas, meninos e meninas, do que de pretas e pardas até 9 anos, tenham sido alfabetizadas. Na faixa etária dos 10 aos 14 anos, meninos e meninas brancos atingem 90% de alfabetização. Note-se que o índice na ordem dos 90% de alfabetização alcançado por brancos aos 10 anos não é atingido em nenhum momento por pretos e pardos.

Tabela 4

Taxa de alfabetização, segundo a faixa etária, sexo e cor  
Brasil, 1988

FAIXA ETÁRIA	HOMENS				MULHERES			
	BRANCA	PRETA	PARDA	AMARELA	BRANCA	PRETA	PARDA	AMARELA
até 9 anos	46.1	32.7	25.3	69.5	48.7	36.1	29.4	62.4
10 a 14 anos	90.7	74.6	70.8	100.0	94.0	83.0	80.0	99.2
15 a 19 anos	93.8	82.5	81.3	100.0	95.8	87.0	88.8	100.0
20 a 24 anos	93.6	81.9	80.9	100.0	95.5	86.7	86.0	98.6
25 a 29 anos	93.6	83.9	80.6	96.2	94.9	82.6	83.5	99.0
30 a 39 anos	92.8	75.8	75.4	99.2	91.8	77.3	75.1	99.3
40 a 49 anos	88.0	66.9	64.7	99.3	83.7	63.2	61.2	98.0
50 a 59 anos	83.0	58.4	60.3	100.0	77.5	49.1	49.7	93.7
60 a 69 anos	75.3	47.2	48.6	100.0	67.3	32.9	38.4	90.4
70 anos ou +	65.2	34.5	33.6	91.8	57.0	16.7	23.1	84.7
TOTAL	83.2	66.8	64.0	96.2	83.0	66.1	66.2	93.8

Fonte: PNAD, 1988

Tabela 5

Distribuição percentual da população por anos de estudo, segundo a faixa etária, a cor e o sexo  
Brasil, 1988

FAIXA ETÁRIA E COR	ANOS DE ESTUDO/HOMENS					ANOS DE ESTUDO/MULHERES					
	SEM INSTRUÇÃO	DE 1 A 4 ANOS	DE 5 A 8 ANOS	DE 9 A 11 ANOS	12 OU + ANOS	SEM INSTRUÇÃO	DE 1 A 4 ANOS	DE 5 A 8 ANOS	DE 9 A 11 ANOS	12 OU + ANOS	
Até 9 anos	Branca	66.3	33.6	0.1	0.0	0.0	62.8	37.2	0.0	0.0	0.0
	Preta	80.0	20.0	0.0	0.0	0.0	76.7	23.3	0.0	0.0	0.0
	Parda	81.6	18.4	0.0	0.0	0.0	77.6	22.4	0.0	0.0	0.0
	Amarela	31.6	68.4	0.0	0.0	0.0	53.9	46.1	0.0	0.0	0.0
10 a 14 anos	Branca	10.1	66.0	23.9	0.0	0.0	6.6	65.1	28.2	0.1	0.0
	Preta	26.0	66.9	7.1	0.0	0.0	20.2	69.0	10.8	0.0	0.0
	Parda	28.4	62.9	8.7	0.0	0.0	21.2	66.6	12.2	0.0	0.0
	Amarela	0.0	56.2	43.8	0.0	0.0	0.8	49.2	50.0	0.0	0.0
15 a 19 anos	Branca	5.8	30.9	46.6	15.9	0.8	4.0	28.6	46.1	19.9	1.4
	Preta	15.7	46.2	32.4	5.7	0.0	12.8	42.6	35.5	9.0	0.1
	Parda	16.4	43.3	34.4	5.8	0.1	10.1	41.3	39.0	9.3	0.3
	Amarela	0.0	2.3	49.3	45.1	3.3	2.1	2.1	38.8	46.9	10.1
20 a 24 anos	Branca	5.7	26.5	33.3	25.9	8.6	4.3	25.5	30.8	28.2	11.2
	Preta	16.4	36.8	32.7	13.4	0.7	12.3	37.7	32.1	16.6	1.3
	Parda	16.9	34.1	29.8	16.8	2.4	12.7	33.2	28.8	22.5	2.8
	Amarela	0.0	0.0	19.0	47.1	34.0	0.0	4.9	19.6	37.6	37.9
25 a 29 anos	Branca	6.2	27.3	29.3	23.2	14.0	4.8	28.9	27.2	24.6	14.5
	Preta	15.2	42.9	27.5	12.9	1.5	15.2	43.4	23.1	14.9	3.4
	Parda	18.7	35.3	26.6	16.5	2.9	15.3	36.8	24.8	18.9	4.2
	Amarela	3.8	5.5	20.6	36.0	34.1	1.0	5.3	4.2	43.9	45.6
30 a 39 anos	Branca	7.4	37.1	23.0	16.5	16.0	8.3	37.0	21.9	18.1	14.7
	Preta	25.1	43.1	20.4	8.2	3.2	21.9	44.3	19.8	10.1	3.9
	Parda	24.9	41.0	18.9	11.1	4.1	23.9	41.1	18.4	12.6	4.0
	Amarela	0.8	17.2	11.8	24.1	46.1	0.7	17.0	12.3	27.0	43.0
40 a 49 anos	Branca	13.4	46.7	17.0	10.2	12.7	17.3	45.7	16.8	11.3	8.9
	Preta	34.2	43.0	14.1	5.4	3.3	36.5	47.7	12.0	3.0	0.8
	Parda	36.8	43.3	11.9	5.1	2.9	38.8	40.5	12.2	5.8	2.7
	Amarela	0.0	30.7	21.0	25.6	22.7	2.6	44.6	24.2	10.6	18.0
50 a 59 anos	Branca	20.4	49.5	14.0	8.4	7.7	25.0	48.5	14.7	7.5	4.3
	Preta	44.2	38.8	12.1	3.5	1.4	51.6	35.9	9.9	1.7	0.9
	Parda	44.0	40.3	10.5	3.3	1.9	52.7	34.9	8.7	2.8	0.9
	Amarela	3.1	47.5	20.6	21.8	7.2	6.4	50.4	22.0	17.7	3.5
60 anos ou +	Branca	35.3	43.1	11.0	5.0	5.6	41.1	39.9	11.5	5.9	1.6
	Preta	62.9	29.0	5.9	1.5	0.7	76.1	21.3	2.1	0.5	0.0
	Parda	62.5	30.6	4.7	1.3	0.9	70.5	23.9	4.2	1.2	0.2
	Amarela	8.6	34.4	29.2	17.4	10.4	21.3	48.1	16.9	13.1	0.6
TOTAL	Branca	17.8	40.3	22.3	11.9	7.7	18.1	39.6	22.2	13.2	6.9
	Preta	34.5	41.7	17.1	5.5	1.2	34.9	41.5	16.3	6.1	1.2
	Parda	35.5	40.1	16.4	6.4	1.6	33.4	39.7	17.1	8.1	1.7
	Amarela	4.1	28.9	23.1	24.2	19.7	7.8	29.6	20.9	21.9	19.8

Fonte: PNAD, 1988

Gostaria de lembrar que o alargamento do sistema de ensino se reflete no melhor desempenho dos indivíduos das faixas etárias que se estendem dos 15 aos 29 anos. No entanto, pretos e pardos estão mais distantes da universalização da alfabetização. A persistência de índices de analfabetismo nessas coortes de idade permite afirmar que o Brasil chegará ao ano 2000 sem a efetiva alfabetização de toda a população.

Os baixos níveis educacionais são confirmados com os dados da Tabela 5. Ela apresenta os anos de estudo dos homens e mulheres dos grupos raciais, por faixas etárias. Novamente, os dados mostram que a população fica retida ao nível de 4 anos de estudo.

Entretanto, não é desprezível o contingente populacional na categoria "Sem instrução e menos de um ano". Os diferenciais raciais também são marcantes: o dobro de homens pretos e pardos, em relação aos brancos — e quase a mesma proporção entre as mulheres — encontram-se nesse nível. Os amarelos estão aí presentes com apenas 4,1% para homens e 7,8% para mulheres.

O outro extremo da tabela indica o número daqueles que conseguem completar o 2º Grau e ingressam em curso de nível superior. Obviamente o dado precedente antecipa que nessa condição encontramos menos pretos e pardos do que brancos e, sobretudo, amarelos. Ainda hoje, o estudo universitário é no Brasil privilégio de poucos. E para pretos e pardos tal nível educacional é realmente exceção.

Quase metade da população, ao passar pela escola, obtém apenas os 4 anos iniciais, que correspondem ao 1º segmento do 1º Grau. Isso mostra que o antigo primário ainda é um ponto limite relevante no sistema educacional brasileiro.

Outra vez, os dados indicam uma tendência contemporânea: o desempenho das mulheres se aproxima e em alguns casos supera o dos homens nas coortes mais jovens.

Os dados da Tabela 6 relacionam o atraso escolar da população de 7 a 14 anos. Toma por base a relação idade-série. A legislação, além de fixar o período de escolarização compulsória, estabelece que toda criança com 7 anos deve estar na 1ª série do 1º Grau. Logo, ter 7 anos e não estar na escola, ou ter 8 anos e ainda cursar a 1ª série representa um ano de atraso, e assim sucessivamente. Hasenbalg, Silva (1990) compararam esse desempenho entre a população estudantil de 7 a 14 anos com os dados da PNAD-1982 e chegaram a enormes diferenciais raciais. No entanto, por estarem voltados para os que freqüentam a escola obtiveram resultados ligeiramente melhores ao apresentarem todos aos 7 anos sem atraso. Na verdade, nem todos ingressam na escola na idade ideal. Logo, alguns, mesmo antes de se sentarem nos bancos escolares, antes de qualquer repetência, já estão em desvantagem. Aos 7 anos, 18,3% de brancos, 22,3% de pretos, 30,7% de pardos e apenas 0,9% de amarelos estão atrasados.

**Tabela 6**  
Distribuição percentual da população de 7 a 14 anos por atraso escolar, segundo a idade e a cor Brasil, 1988

IDADE E COR	ATRASO ESCOLAR			
	SEM ATRASO	ATÉ 2 ANOS	MAIS DE 2 ANOS	
7 anos	Branca	81.7	18.3	0.0
	Preta	77.7	22.3	0.0
	Parda	69.3	30.7	0.0
	Amarela	99.1	0.9	0.0
8 anos	Branca	58.9	41.1	0.0
	Preta	34.0	66.0	0.0
	Parda	32.7	67.3	0.0
	Amarela	91.1	8.9	0.0
9 anos	Branca	49.6	48.9	1.5
	Preta	18.6	76.2	5.2
	Parda	21.3	71.0	7.7
	Amarela	92.5	7.5	0.0
10 anos	Branca	42.7	46.5	10.8
	Preta	17.2	54.9	27.9
	Parda	17.3	51.8	30.9
	Amarela	82.7	17.3	0.0
11 anos	Branca	38.0	45.3	16.7
	Preta	10.0	41.5	48.5
	Parda	14.7	41.1	44.2
	Amarela	56.2	43.8	0.0
12 anos	Branca	30.7	43.7	25.6
	Preta	7.8	36.7	55.5
	Parda	9.7	37.4	52.9
	Amarela	60.7	30.9	8.4
13 anos	Branca	27.4	43.8	28.8
	Preta	10.7	29.8	59.5
	Parda	8.9	31.4	59.7
	Amarela	57.4	42.6	0.0
14 anos	Branca	27.7	37.4	34.9
	Preta	6.1	21.3	72.6
	Parda	8.3	26.3	65.4
	Amarela	64.0	25.3	10.7

Fonte: PNAD, 1988

Aos 7 anos, o atraso indica predominantemente condições de acesso, nas demais idades reflete os efeitos das elevadas taxas de repetência. Os contingentes sem atraso declinam constantemente, até que aos 14 anos são registradas as menores taxas, exceto entre os amarelos. De fato, o desempenho dos amarelos é, em todas as idades, superior. Seus níveis de atraso ficam muito abaixo dos registrados para os brancos.

Por outro lado, o desempenho de pretos e pardos é sempre pior do que dos outros segmentos raciais.



Estes têm menor presença na categoria "sem atraso" e maior na categoria "mais de 2 anos".

Portanto, os indicadores educacionais mostram que o Brasil ainda não consegue assegurar igualdade de realização a todos os grupos raciais. O fracasso do sistema educacional se faz sentir sobretudo no desempenho de pretos e pardos.

## CONCLUSÃO

Os investimentos em educação têm retorno a médio e longo prazos. Assim, os ganhos educacionais verificados recentemente refletem, de alguma forma, a conjuntura de crescimento e desenvolvimento das décadas de 1960 e 1970. Esse aspecto não nos deixa otimista quanto aos efeitos, para a saúde do panorama educacional, da crise que a sociedade brasileira tem vivido nos últimos anos. É visível a deterioração dos serviços públicos. A educação não foge à regra.

A queda da qualidade do ensino público é assunto cotidiano e tema constante dos discursos eleitorais. A crise na educação deixa atônitos os pais, especialmente os mais pobres. Para estes, a escola pública é a única possibilidade de educação dos filhos.

A escola particular é efetivamente opção de pequena minoria. Ademais, Silva, Souza (1992) demonstraram que nem sempre a escola particular é sinônimo de boa educação, porque ela adapta seu padrão de ensino às possibilidades materiais da clientela. Em outras palavras, ao lado de escolas privadas, voltadas para as camadas privilegiadas da população e com excelente nível de ensino, grassam no Brasil as escolas privadas de duvidosa qualidade, especialmente nas periferias dos grandes centros.

Entrar na escola é relativamente fácil; de fato, o acesso ao 1º Grau está bastante ampliado. Difícil é sair dela com uma carreira de êxito. A reprovação na escola brasileira é alarmante. O simples ensinar a ler e escrever, por exemplo, tem-se mostrado uma tarefa além da sua capacidade; os índices de repetência na 1ª série indicam que um ano é insuficiente, cronológica e pedagogicamente, para a alfabetização das crianças, especialmente se pretas ou pardas.

No entanto, a repetência não se restringe à 1ª série. Os obstáculos interpõem-se à trajetória escolar dos indivíduos ao longo dos 1º e 2º Graus. Os elevados índices de reprovação acompanharam a expansão da rede escolar e sobreviveram às reformas do ensino e a inúmeros projetos educacionais que se propunham a combatê-los<sup>4</sup>.

Chamam atenção na tabela sobre o fluxo escolar os resultados sobre os que saem da escola. A decomposição da taxa de evasão em reprovados e aprovados revela que esta é maior entre aprovados. Paradoxalmente, a aprovação sugere a interrupção e não a continuação dos estudos. Parece que os alunos — pretos e pardos mais do que brancos — avaliam que com um resultado positivo no currículo é melhor parar de estudar do que correr o risco de uma nova reprovação. Com isso, a aprovação estaria significando o carimbo no passaporte para fora do sistema de ensino.

A desigualdade racial na educação é conseqüência de múltiplos fatores. Sabemos que a segregação espacial, por exemplo, tem um importante papel nesse processo: a alta concentração de amarelos no estado mais desenvolvido do país, que dispõe de boas oportunidades educacionais, beneficia sobremaneira esse grupo. Outras variáveis sócio-econômicas também exercem forte influência, mas tais análises escapam aos limites deste artigo.

Entretanto, as desigualdades educacionais constatadas são suficientemente eloqüentes. A variável raça continua sendo relevante para o processo de estratificação na sociedade brasileira. Não é demais lembrar que nessa etapa do ciclo de vida a maioria absoluta dos indivíduos adquire o único capital com que se apresentam à etapa seguinte, que é o ciclo do mercado de trabalho. Assim, destaca-se que o sistema educacional brasileiro tem desempenhado papel substancial no quadro de desigualdades raciais no Brasil.

4 Acrescente-se a esse fato a instabilidade das políticas educacionais, fenômeno muito bem estudado por Dutra (1990).

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

ANDREWS, George R. Desigualdade racial no Brasil e nos Estados Unidos: uma comparação estatística. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 22, p.47-83, 1992.

BRANDÃO, Zaia et al. *Evasão e repetência no Brasil: a escola em questão*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

DUTRA, Any. *Alfabetização no Rio de Janeiro: elites políticas, conhecimento especializado e mediação da burocracia*. Rio de Janeiro, 1990. Tese (Dout.). FEUFRJ.

FARIA, Vilmar. A conjuntura brasileira: dilemas e perspectivas. *Cadernos de Conjuntura*, Rio de Janeiro, IUPERJ n.47, 1991.

FLETCHER, Philip, RIBEIRO, Sérgio Costa. *O Ensino de primeiro grau no Brasil*. Brasília, nov. 1987. (mimeo)

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HASENBALG, Carlos, SILVA, Nelson do Valle. Raça e oportunidades educacionais. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n.18, p.73-89, 1990.

KLEIN, Ruben, RIBEIRO, Sérgio Costa. *O Censo educacional e o modelo de fluxo: o problema da repetência*. Rio de Janeiro: LNCC/CNPq, 1991. (Relatórios de Pesquisa e Desenvolvimento, 24/91)

- OLIVEIRA, Lucia E. et al. *O lugar do negro na força de trabalho*. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.
- PNUD. *Desarrollo humano: informe 1991*. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1991.
- RIBEIRO, Sérgio Costa. *A pedagogia da repetência*. Rio de Janeiro: LNCC, 1990. (mimeo)
- ROSEMBERG, Fúlvia. Segregação espacial na escola paulista. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n.19, p.97-107, 1990.
- \_\_\_\_\_. Raça e educação inicial. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.77, p.25-34, maio 1991.
- SILVA, Nelson do Valle. *White-nonwhite income differentials: Brazil, 1960*. Michigan, 1978. Ph.D. University of Michigan.
- \_\_\_\_\_. A sociedade. In: JAGUARIBE, H. (org.), *Sociedade, estado e partidos na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- SILVA, Nelson do Valle, HASENBALG, Carlos. Família, cor e acesso à escola no Brasil. Rio de Janeiro: LNCC/CNPq, 1992 (Relatórios de Pesquisa e Desenvolvimento, 15/92).
- SILVA, Nelson do Valle, SOUZA, Alberto de Mello e. *Family background, quality of education and public and privat schools in São Paulo: relationships and effects on school transitions*. 1992. (mimeo)
-